

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.566.427 - RS (2019/0243746-8)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : **OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**
ADVOGADOS : **JOÃO PAULO IBANEZ LEAL - RS012037**
 ANGELA IBANEZ LEAL - RS045060
 ROBERTO CAPRA DE MORAES - RS062756
AGRAVADO : **AUGUSTO VILANOVA COELHO**
ADVOGADOS : **HELENIRA BACHI COELHO - RS0063888**
 CAROLINE CANOZZI BITTENCOURT - RS0062422

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL contra a decisão que inadmitiu recurso especial.

O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, impugna acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul assim ementado:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ. Hipótese em que a decisão da impugnação e a penhora são anteriores à recuperação judicial da recorrente, razão pela qual é possível a expedição de alvará ao agravado. AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO. UNÂNIME" (e-STJ fl. 748).

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ 780/783).

No recurso especial, além de divergência jurisprudencial, a recorrente alega violação do artigo 1.022, I, do Código de Processo Civil de 2015.

Aduz que o Tribunal de origem incorreu em negativa de prestação jurisdicional por vício de contradição, porquanto o levantamento dos valores foi autorizado com base na data em que foi proferida a sentença de impugnação ao cumprimento de sentença, que não corresponde com a data de seu efetivo trânsito em julgado.

Afirma que interpôs agravo de instrumento contra a sentença que apreciou o incidente de impugnação, vindo a transitar em julgado em 6/3/2018 na fase do recurso especial, ou seja, após o deferimento da recuperação judicial (21/6/2016).

Pugna pelo retorno dos autos à origem para que a instância ordinária sane a contradição apontada.

Após o decurso do prazo legal para a apresentação das contrarrazões (e-STJ fl. 806), o recurso foi inadmitido na origem, sobrevivendo daí a interposição do presente agravo.

Superior Tribunal de Justiça

É o relatório.

DECIDO.

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

O recurso especial foi interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A irresignação não merece prosperar.

Trata-se, na origem, de agravo de instrumento interposto por OI S.A. contra a decisão do magistrado de primeiro grau que determinou o levantamento dos valores em virtude de seu depósito e o trânsito em julgado da impugnação ao cumprimento de sentença terem ocorrido em data anterior ao processamento da recuperação judicial da operadora.

O Tribunal de origem, ao analisar a controvérsia, manteve tal conclusão com base no entendimento de que os requisitos para a expedição do alvará estão preenchidos, conforme demonstra a leitura dos seguintes trechos do voto condutor do acórdão:

"(...)

No caso dos autos, verifico que os requisitos para a expedição do alvará estão devidamente preenchidos, pois a decisão da impugnação ao cumprimento de sentença é datada de 03/03/2016 (fl. 724 dos autos eletrônicos), ou seja, antes da data da recuperação judicial da agravante.

Da mesma forma, a penhora também é anterior, tendo ocorrido em 07/08/2013, consoante o protocolo das fls. 542/543 dos autos eletrônicos.

Assim, como a decisão da impugnação e a penhora são anteriores à recuperação judicial da recorrente (21/06/2016), possível a expedição do alvará ao agravado" (e-STJ fls. 750/751).

Irresignada, alega a recorrente que o aresto recorrido incorreu em negativa de prestação jurisdicional por contradição ao deixar de observar que o trânsito em julgado do incidente de impugnação ao cumprimento de sentença ocorreu em 6/3/2018, posterior, portanto, à data do deferimento da recuperação judicial.

Contudo, ao contrário do afirmado pela recorrente, a instância ordinária não se negou a examinar o alegado, apenas concluiu que a recorrente não demonstrou que o trânsito em julgado do incidente ocorreu em data posterior ao deferimento da recuperação judicial.

Eis a letra do acórdão que apreciou os aclaratórios na parte em que interessa:

"(...)

Apesar de a agravante alegar que o trânsito em julgado da impugnação ocorreu em 06/03/2018, os autos do agravo de instrumento não foram instruídos com essa prova, na medida em que foi juntada apenas a decisão proferida em primeira instância (fls. 721/724), a qual é datada de 03/03/2016.

Inclusive nos presentes embargos de declaração, a embargante se limitou a reproduzir nas razões recursais a movimentação

Superior Tribunal de Justiça

processual do Recurso Especial n. 70069616894, contudo não há demonstração de que ele esteja vinculado à impugnação ao cumprimento de sentença" (e-STJ fl. 782).

Assim, o argumento de que o acórdão atacado teria incorrido em negativa de prestação jurisdicional é improcedente.

Não há falar, portanto, em prestação jurisdicional lacunosa ou deficitária apenas pelo fato de o acórdão recorrido ter decidido em sentido contrário à pretensão do recorrente.

Nesse sentido:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE DANOS MATERIAIS. BENFEITORIAS EM IMÓVEL. EFEITO SUSPENSIVO. REQUISITOS. AUSÊNCIA. ART. 1.022 DO CPC/2015. VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EFEITOS MODIFICATIVOS. POSSIBILIDADE.

1. A atribuição de efeito suspensivo a recurso especial está circunscrita à presença cumulativa dos requisitos da plausibilidade do direito invocado e no perigo de dano irreparável ou de difícil reparação, que não se fazem presentes na hipótese.

2. Não há falar em negativa de prestação jurisdicional se o tribunal de origem motiva adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entende cabível à hipótese, apenas não no sentido pretendido pela parte.

3. É possível a atribuição de efeitos infringentes aos embargos de declaração quando a alteração da decisão surgir como consequência lógica da correção da omissão, contradição ou obscuridade.

4. Agravo interno não provido" (AgInt no AREsp 1.070.607/RN, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, julgado em 17/8/2017, DJe 25/8/2017 - grifou-se).

Ante o exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Deixo de majorar os honorários recursais nos termos do artigo 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, considerando que o acórdão recorrido é proveniente de julgamento de agravo de instrumento sem o arbitramento de honorários advocatícios.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de setembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator